



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

VALDIRENE APARECIDA DA SILVA

**RELAÇÕES RACIAIS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UM OLHAR A
PARTIR DO CURRÍCULO DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFSC**

FLORIANÓPOLIS - SC

2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

VALDIRENE APAREIDA DA SILVA

**RELAÇÕES RACIAIS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UM OLHAR A
PARTIR DO CURRÍCULO DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFSC**

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Pedagogia, do Centro de Ciências da Educação, da Universidade Federal de Santa Catarina, apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia. Orientação da: Prof^ª. Dr^ª. Joana Célia dos Passos.

VALDIRENE APARECIDA DA SILVA

**RELAÇÕES RACIAIS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UM OLHAR A
PARTIR DO CURRÍCULO DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFSC**

Este trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para a obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia, e aprovado em sua forma final pelo Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, abril de 2016.

Prof. Dr. Jéferson Dantas.

Coordenador do Curso de Pedagogia

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr. Joana Célia dos Passos (EED/CED/UFSC)

Orientadora

Prof^ª. Dr^ª Eliane Santana Dias Debus (MEN/CED/PPGE/UFSC)

Examinadora

Prof^ª. Dr^ª Patrícia de Moraes Lima (CED/PPGE/UFSC)

Examinador

Prof^ª. Ms. Raquel Barbosa (PMF)

Suplente

“O que realmente conta na vida não é apenas o fato de termos vivido; é a diferença que fizemos nas vidas dos outros que determina importância da nossa própria vida”. [Nelson Mandela](#).

Lembranças

*Não quero ser lembrada e nem reconhecida, somente no dia da
Consciência Negra;
Não quero ser lembrada e nem reconhecida, por precisar
recorrer a Lei “Maria da Penha”, para reivindicar os meus
direitos;
Não quero ser lembrada e nem reconhecida, somente no dia
Internacional da Mulher;
Não desejo que meus filhos sejam lembrados, reconhecidos,
através da Lei “Menino Bernardo”;
Queremos ser lembrados e respeitados como sujeitos únicos,
que fazemos parte do coletivo social, cada um com sua
singularidade, na busca de construir uma sociedade melhor,
digna, que garanta a todos os seres civis, humanos e sociais;
Que, ironicamente ao longo da História Humana, foram
deixados de lado da própria História; Seres humanos que
devido a sua cor de pele, seja por seus atributos físicos ou
intelectuais foram julgados e condenados.
Busco na JUSTIÇA, através da Carta Magna, nos Tratados e
nas Leis,
Um viver diferente, com outras Lembranças!*

(Valdirene Aparecida da Silva)

AGRADECIMENTO

A chegada nesse momento caracteriza-se como uma grande conquista para alguém da minha condição social e étnica, cujo processo de escolarização foi permeado por discriminação, repetência e desistência, provocadas por práticas sociais pedagógicas de exclusão, mas que por outro lado provocaram a resistência em conceber a escola como meio de acesso as melhores condições de existência e a principal via de acesso para a realização do sonho de ser professora. Desse modo, agradeço a todos que fizeram parte do meu percurso de escolarização, contribuindo no meu processo de constituição, apoiando para que eu chegasse até aqui.

Agradeço a minha linda “cabelinho de anjo” orientadora Joana Célia dos Passos pela paciência, dedicação e compromisso político com minha formação e principalmente por não ter desistido de mim.

À minha mãe Vandira, pelo apoio em todo percurso da graduação.

À minha irmã Dinelsa, por sempre me incentivar e afirmar que sou capaz e que apesar dos obstáculos neste processo de graduação minha vitória seria certa.

A minha grande amiga Graziela Regina dos Santos, companheira de ingresso no Curso de Pedagogia na condição de cotista negra. Esta pode ser identificada da seguinte maneira “de cotista a Mestra em Educação”. Comprovando que as “cotas” não foram um erro, mas sim, criação de oportunidades. Então, cotas sim! Cotas enquanto for necessário!

À minha prima Rosana, por ser um exemplo pra mim como profissional na área da educação, me mobilizando a trilhar tais caminhos.

Ao meu pai Jorge (pai do coração) que sempre me incentivou por meio de palavras e atitudes.

A todos os amigos e familiares que participaram desse sonho, sendo a estes que dedico o poema abaixo:

Poema de Mulher Negra

*Você poderia ser mais um...
Poderia me olhar com desdém- por ser pobre, por
ser negra, por ser gorda.
Poderia me olhar com um olhar crítico, mesmo
porque, isso é o que a maioria das pessoas fazem, e
então você se deparou com a enorme possibilidade
de ser mais um.
E minha crise de identidade? Que não me deixava
ver a beleza dos meus traços...
Minha pele, minha boca e meus cabelos nunca
havam sido tão valorizados.*

*Estar sozinha nunca foi um problema para mim, já
que sou geneticamente feliz!? Sozinha me basto, mas
com você me satisfaço.
Me satisfaço porque você não é mais um. Você é
minha liberdade!
Então te agradeço por me mostrar a mim mesma.
Por me incentivar ser uma mulher original, que
honra sua raça, que não esconde o que é.
Você poderia ser mais um, mas não é, porque disse
que sou a mulher mais linda do mundo no momento
em que eu abria os olhos e estava toda descabelada.
Você ama minha essência, meu cheiro, minha cor,
meu estilo, meu coração. Me admira pelo que sou,
pelo que digo e pelo que escrevo. Mas o que você
talvez não saiba é que sou tudo o que você me
ensinou a ser!*

(Autora: Thayná Andrade Silva Barreto)

RESUMO

SILVA, Valdirene Aparecida da. **Relações raciais e formação de professores: um olhar a partir do currículo da Pedagogia da UFSC.** 2016. 80 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo geral investigar como as questões étnico-raciais são tratadas no currículo do Curso de Pedagogia da UFSC, tendo como fio condutor as disciplinas que estruturam a grade curricular do referido Curso, particularmente aquelas que abordam as relações étnico-raciais. Para que tal objetivo fosse atingido desencadeamos estudo e pesquisas em documentos de referência tais como: Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia da UFSC (2008), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e a Lei 10.639/2003 que torna obrigatório a implantação de conhecimentosrelações étnico-raciais na educação básica e na grade curricular dos Cursos de formação no nível superior de professores (as). As análises realizadas indicam que das 50 disciplinas oferecidas ao longo do curso, 16 disciplinas apresentam em suas ementas conteúdos relacionados à temática étnico-racial e 06 disciplinas, embora não apresentem explicitamente, podem potencializar conhecimentos relativos à temática aqui abordada. Desse modo, identificamos, que tais conquistas de cunho histórico como a implantação das disciplinas que tratam de questões étnico-raciais no Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia da UFSC; nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico-Raciais e para Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e na forma jurídica com alteração na Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 tornando obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira Africana nas modalidades de ensino, particularmente na formação de professores, não garantem de modo objetivo a criação de condições concretas para que o sujeito negro obtenha êxito no seu processo de escolarização nos espaços da universidade. Assim, há muito ainda por se fazer no que diz respeito à efetivação dessas políticas de promoção para a igualdade racial como práticas pedagógicas político sociais no chão dos cursos de formação de professores (as).

Palavras-chaves: Relações Étnico-Raciais; Curso de Pedagogia; UFSC.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CALPE- Centro Acadêmico Livre da Pedagogia

CED-Centro de Ciências da Educação

CEF – Conselho de Educação Federal
DF- Distrito Federal
EED- [Departamento de Estudos Especializados em Educação](#)
FFCL - Faculdade de Filosofia Ciência e Letras
GT- Grupo de Trabalho
IATEL- Instituto de Audição e Terapia da Linguagem
LDB-Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEN- [Departamento de Metodologia de Ensino](#)
NADE- Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudo
PPP- Projeto Político Pedagógico
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

<u>PRÓLOGO</u>	<u>11</u>
1.INTRODUÇÃO	18
1. Breve histórico do Curso de Pedagogia da UFSC	<u>19</u>

<u>2. A FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS NA PERSPECTIVA DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS.....</u>	<u>27</u>
<u>3. AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO CURRÍCULO DO CURSO DE PEDAGOGIA.....</u>	<u>38</u>
<u>3.1.Sobre as disciplinas do Curso de Pedagogia da USFC.....</u>	<u>43</u>
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</u>	<u>51</u>
<u>REFERÊNCIAS.....</u>	<u>54</u>

1. PRÓLOGO.

O ato de pesquisar não se constituiu tarefa fácil, principalmente no que tange ao processo de apropriação e construção do objeto de pesquisa e as implicações com meu processo formativo como estudante, mulher negra e cotista no Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Oriunda de uma família de três filhos realizou meu processo de escolarização em escola pública na região Continental da grande Florianópolis, SC. Neste sentido, a condição social de viver a infância e ser criança foi permeada por relações cujo conteúdo de socialização era o medo, a discriminação racial, a ausência de diálogo e as humilhações, marcando meu processo de constituição de sujeito, que é ser criança, do sexo feminino negra, tendo como referencial de renda familiar, somente um salário mínimo, devido o trabalho de minha mãe.

Meu processo de escolarização teve início em um colégio privado por meio de uma bolsa de estudos para crianças carentes, pois o mesmo nesse período estava sendo inaugurado. Tal experiência foi traumática culminando em reprovação no meu primeiro ano do ensino primário na instituição, provocando a perda da bolsa e a transferência para uma escola pública, por volta da década de 1970 período do Regime Militar. Toda semana eram realizados atos em homenagem a bandeira com o hino nacional, sendo que os alunos com destaque assumiam a função de ajudar a diretora com o hasteamento da mesma. Este momento pra mim era o máximo!

Nesse período não ocorria reprovação dos alunos nos três primeiros anos do ensino primário, mas isso, não significa que não tive problemas.

Nesse momento faço uma ligação com conteúdo apresentado na Disciplina Organização dos Processos Educativos, onde compreendi que a minha reprovação não ocorreu mais cedo, não por que os professores eram bonzinhos, mas porque o sistema não permitia.

Ao chegar à 4ª série primária, enfrento quatro reprovações consecutivas na mesma série e com a mesma professora. Naquele momento não conseguia compreender as verdadeiras causas da reprovação por tantos anos seguidos, já que tinha frequência, realizava todas as tarefas propostas dentro e fora da sala de aula, os conteúdos eram os mesmos dos anos anteriores e minha avó demonstrava preocupação com a higiene pessoal minha e de meu irmão para irmos sempre à escola limpos e com todos os materiais em ordem. Na primeira reprovação, achava que a culpa era minha, no entanto no início do novo ano, percebi que outras crianças também estavam na mesma condição de repetentes, e estes eram colocados para sentarem, na mesma fileira denominada de fila dos “burrinhos”. Eram um local destinado as crianças que apresentava no seu desenvolvimento dificuldade de aprendizagem.

Os procedimentos metodológicos da professora consistiam em escrever o conteúdo do quadro, seguido de leitura rápida, explicação do questionário com perguntas sobre o referido conteúdo. Estas tinham que ser respondidas de modo

padronizado, portanto era preciso decorar as respostas para reproduzi-las nas provas. Porém, sempre tive dificuldades em decorar, tinha a necessidade de compreender para então escrever, isso provocou notas baixas nas provas sendo rotulada de a aluna mais “burra” da sala pelas quatro reprovações.

A relação pedagógica com a professora se caracterizava em uma relação de aversão quanto a minha presença em sala de aula, chegando ao ponto de ser proibida de falar em sala de aula com o argumento de que minha condição de aluna “burra” pudesse contaminar os outros alunos. Assim, frequentava aulas de reforço (sala separada para alunos com dificuldade) realizadas aos sábados no período matutino. Porém, sem muitos êxitos, já que não contribuíram no meu processo de aprendizagem.

Nesse processo marcado pela discriminação e descaso, apresento problemas da dicção, agravando ainda mais o processo de apropriação da leitura e escrita, provocando também a exposição por parte da professora a toda a classe evidenciando minha dificuldade de escrever e falar. Diante disso, minha mãe foi chamada na escola para uma reunião na qual a professora proferiu a seguinte frase: “A senhora pode ver, a Valdirene já rodou esse tempo todo, e as notas dela de novo estão baixas, ela vai rodar novamente. Em vez da senhora ficar gastando dinheiro com material e tudo mais, por que a senhora não tira a Valdirene da escola, e a coloca para trabalhar em casa de família como doméstica? Porque para os estudos ela não serve”. Felizmente minha mãe se recusou a seguir a sugestão da professora.

Neste processo, uma pedagoga recém-chegada na escola demonstra interesse em compreender as razões de tantas reprovações reconfigurando meu processo de aprendizagem. Desse modo, fui encaminhada para ser avaliada por inúmeros especialistas realizando uma série de exames. Após um ano de análise passei a freqüentar, no horário oposto da escola, o Instituto de Audição e Terapia da Linguagem – IATEL, por um período de três anos. Neste período a educação estava passando por uma formulação, na qual os pais podiam decidir sobre a aprovação ou reprovação dos filhos que apresentavam dificuldades de aprendizagem. Minha mãe decidiu pela aprovação, mesmo com a opinião contrária da professora que afirmava que eu não apresentava condições para acompanhar a próxima série pela ausência de aprendizagem dos conteúdos necessários para tal.

O processo na quinta série primária, assim como nas outras séries seguintes caracterizou-se pelo impacto quanto à estrutura curricular que envolvia um professor para cada disciplina, mas o mesmo procedimento metodológico quanto ao ensino aprendizagem, evidenciando-se pelo ensino conteudista, sendo a verificação da

aprendizagem realizada por questionários e provas onde os alunos tinham a função de reproduzir as questões copiadas no caderno e decoradas para a prova. Destaco que, pela reformulação educacional neste período, a reprovação era permitida somente na 4ª e 8ª série do ensino primário. Isto é, o que prevalecia era a aprovação automática independente da apropriação dos conteúdos.

A experiência no Ensino Médio, não se difere muito do vivido no ensino primário, esta foi marcada novamente por dificuldades quanto aos conteúdos, culminando em reprovações produzindo a desistência e a inserção formal do mercado de trabalho em dois empregos na condição de telefonista em um Apart Hotel no período diurno e faxineira no período noturno. Isso durou dez anos.

No entanto, esta condição não estava me satisfazendo, pois não queria permanecer a vida inteira nestas relações sociais de trabalho. Desejava outros rumos para a minha vida, assim, tomei a decisão de retornar aos estudos. Mais uma vez a instituição que ao longo do processo de escolarização me negou o acesso aos conhecimentos nas formas mais elaboradas historicamente, por meio dos ritos burocráticos me negou o direito de estudar no período matutino, alegando ser muita “velha” para estudar com os jovens e a vaga durante este período era destinada aos sujeitos mais jovens. O acesso a gozar desse direito, se deu pela intervenção da esposa do procurador do Município de Florianópolis, que eram residentes do Apart Hotel, local que trabalhava. Assim, concluí o Ensino Médio sem reprovações.

Após a conclusão, decidi realizar o sonho de ser professora, ingressando no Curso de Magistério me mobilizando a realizar o vestibular na UFSC no ano de 2007, efetivando-se no segundo semestre de 2008 a consolidação de uma grandiosa conquista, a aprovação no Curso de Pedagogia da UFSC, por meio das Ações Afirmativas.

Ao chegar à instituição, os estudantes negros (as) foram submetidos a uma averiguação perante a banca examinadora, compostas pelos membros da Comissão de Ações Afirmativas, dando assim, a legitimação da minha condição étnica.

As aulas deram início em 2008.2, tendo na minha sala de aula cinco estudantes negras, que reafirmaram a sua condição de cotista. Já nos primeiros dias percebi que as relações, seriam de muito enfrentamento, pois os outros estudantes que também entraram na instituição através do benefício das cotas, mas, pelo viés das escolas públicas, se manifestaram com certo rigor de superioridades em relação a nós cotistas negros, dando muitas vezes apoio às opiniões ao grupo de não cotistas, que consideram a nossa entrada um absurdo. Sendo assim, um novo dogma foi incorporado

a nossa existência, “somos negros, que se não fosse às cotas, não estaríamos ali, portanto, éramos burros e incapazes de passar no vestibular da UFSC”.

O desdobramento dos semestres seguintes foram cada vez mais de reafirmação da nossa condição social, na busca constante aos objetivos que era, de se apropriar dos conhecimentos a qual a instituição poderia oferecer à compreensão dos conteúdos a carga horária de disciplinas, o fato do curso se oferecido somente à tarde, causando em muitos estudantes a terrível decisão de ter que optar ou sobreviver socialmente através dos seus empregos ou passar necessidades sociais mais cursar a universidade, desse modo alguns estudantes desistiram da formação.

A carência social, não era a única coisa que manifestada nas salas de aulas. O medo constante de falar quando havia alguma dúvida, descrevendo assim, a carência em relação a nossa base na questão de escolarização que nos fora oferecida através da educação pública, as marcas dos preconceitos iam sendo apresentadas de fora que muitas vezes os próprios estudantes cotistas, não reconheciam.

Os processos de conhecimento foram ao longo dos semestres, se transformando criando outras formulações tendo como, referências complexidades de encontrar professores (as), que já chegavam à sala com uma leitura dos estudantes como:

“Vocês já deveriam saber isso?”

Não posso esquecer-me de ressaltar que a questão da minha própria existência, dentro e fora da UFSC, foi muito conflitante, naquele momento estava trabalhando como merendeira numa creche municipal de Florianópolis, no período da manhã e devido a preocupação de me manter da UFSC, consegui essa vaga nessa unidade próximo a ela, com uma renda mensal de R\$530,00. Sim oficialmente era salário mínimo, mas, com desconto obrigatório realizado ao trabalhador (a), tendo uma duração de três anos e meio nesse local.

Sendo assim através da intervenção de uma professora, fui informada em relação à bolsa de estudos, passando por todos os trâmites legais da instituição tendo uma avaliação por parte do Serviço Social. A avaliadora demonstrou dúvida em relação a minha existência com uma renda tão baixa, e utilizando da informação que, tenho mãe vivia e morando próxima a mim, não na mesma casa, a mesma com certeza me dava apoio financeiro, ao ponto da assistência social salienta que eu não precisaria dessa ajuda de custo.

Esse processo da busca da bolsa teve níveis de complexidade de envolvimento, que foi preciso à intervenção de coordenação do Curso de Pedagogia, também da pessoa da minha mãe com demonstração do, seu imposto de renda, da minha comprovação via

cartório que residia sozinha, portanto, me sustento, para sim conseguir uma bolsa no valor de R\$400,00.

Nesse período também surgiram muitas dificuldades de compreensão de conteúdos, tendo que buscar ajuda em outro centro (Psicologia), de orientação para organização de estudos, pois, o espaço aberto para atendimento se dava a noite, a ajuda estudantil não era possível, pois chocava com o horário de trabalho. Resultando assim, no final de 2010.2 o meu afastamento do curso, por questões de ordem emocional e culminou cada vez mais com atraso referente a cumprir as tarefas solicitadas, nesse momento transitei de um currículo para outro.

Ao voltar em 2011.1 o Curso de Pedagogia está com o novo Currículo, havendo uma necessidade de adequação a ele em relação às disciplinas que o currículo anterior não comportava. Desse jeito devido ao choque de horários de algumas Disciplinas, o meu processo de escolarização da UFSC, se estendeu.

Após passar um ano e meio, frequentando disciplinas de fases diferentes, mas no mesmo semestre e trabalhando como merendeira, recebi uma proposta de Bolsa de estudos, através da UFSC, para trabalhar em outro espaço no período da manhã e ganhando uma renda maior. Na Secretaria Municipal de Assistência Social, no Conselho Municipal da Promoção da Igualdade Racial, com uma renda superior do que a minha e principalmente a consideração em relação a minhas condições físicas para manter os estudos e a faculdade, essa oportunidade de mudança se deu através do contado da minha ex-professora Dra. Joana Célia Passos que me indicou.

Foi incrível solicitei a conta do emprego e parti, para esse novo espaço, com intuito de melhorar as questões financeiras e também pedagógicas, já que estaria mais próxima dos professores (as) e grupos de pesquisas.

A aproximação do estágio obrigatório nos anos iniciais trouxe o prazer de estar dentro de uma unidade, porém, por questões burocratas, documentais surgiu um grave problema para mim, não poderia efetuar o estágio sem ter os devidos documentos todos preenchidos, dessa forma não poderia ter duas bolsas de estudante que exigisse um seguro a pessoa. Tive que fazer a escolha sair do Comprir, para realizar o estágio.

Passei o período do estágio com o pouco das economias e também através de transação bancária (empréstimo), junto ao banco onde recebia o pagamento de merendeira.

Nesse meio tempo, a universidade abriu um edital para seleção de estudante para o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência- Pibid, da representação da professora Dra. Maria Isabel Batista Serrão, passei na seleção e iniciei minhas

atividades junto a esse programa indo atuar na Escola de Educação Básica Padre Anchieta, permanecendo nesse local até o momento que a Prefeitura Municipal de Florianópolis, através da Secretária de Educação, comunicou que havia sido aprovada no concurso para auxiliar de sala, na categoria de efetivação.

Em fevereiro de 2015, iniciei o meu trabalho como auxiliar de sala, na Creche Elisabete Nunes Anderle na Barra da Lagoa passando o ano interior me locomovendo da parte continental de Florianópolis a esse local, tendo um total de oito transportes de ônibus, incluindo ida e volta para o trabalho e também universidade para casa.

Nesse período ocorreram greves, no campo da educação, tanto municipais e estaduais e até na própria universidade no Curso de Pedagogia, que solicitava da unidade melhores condições físicas e estruturação do prédio do Centro de Ciência da Educação- CED. Isso acarretou um prolongamento na conclusão do semestre 2015.1 que só veio ser concluído após o término das greves citadas. Também atingindo o nosso período de estágio referente ao Ensino Fundamental obrigatório.

Ao olhar a minha trajetória mulher negra e cotista no Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina, que sempre acreditou que um dia estaria também nessa instituição, me faz discutir e direcionar o olhar, para o curso de Pedagogia, que tem a na sua base função de formar professores (as), para atuarem nas escolas públicas.

Mas dentro dessa instituição, foi possível sentido que a UFSC, não só tem a obrigação de se trabalhar ainda mais as questões relacionadas as Ações Afirmativas, mas, ter uma preparação mais próxima às realidades sociais dos estudantes que ali se encontram, irão encontrar sujeitos que não precisará de ajuda de custo para sobreviver, porém, encontrar sujeitos a qual a sua sobrevivência dependerá exclusivamente da mesma.

E que tipo de leitura família, que assistência social da UFSC, elabora que padroniza todos, que mesmo tendo parentesco próximo, não significa uma harmonia na relação. O rigor na averiguação se faz presente é sim muito importante, mas a morosidade de como as coisas acontece nessa instituição é muitas vezes vergonhoso.

E o olhar para questão que me impulsionaram o meu trabalho, mesmo sendo uma lei, a qual as universidades têm a obrigatoriedade de oferecer aos seus estudantes, encontramos muitas resistências em abordar e se trabalhar de fato com essas questões, isso, vai desde postura do professores (as) e também da própria aceitação de alguns estudantes, que se manifestam contra esse programa.

Este trabalho teve como objetivos, principalmente no que tange ao processo de apropriação e construção do objeto de pesquisa e as implicações com meu processo formativo como estudante, mulher negra e cotista no Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Ao querer responder e compreender o porquê, desses meus questionamentos, analisei o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia, as ementas apresentadas nos programas das disciplinas que fazem parte do quadro curricular do curso, a implantação da Lei nº 10.639/03, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Para termos de fato, um lugar uma identidade que nos forneça as condições de poder agir melhor e compreender a sociedade, que estamos inseridos, que nos é apresentada de uma forma velada, por uma falsa aceitação dos sujeitos negros. Foi possível identificar, que mesmo mostrando mudanças, a reestruturação do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia; nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico-Raciais e para Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, necessitamos de mais espaços para que projetos que permitam discutir as questões raciais na Pedagogia e na universidade, como os projetos: Acolher e o Negras Vozes.

1. INTRODUÇÃO.

A minha história como estudante negra, me levou a analisar como as questões étnico-raciais são tratadas no currículo do Curso de Pedagogia da UFSC, tendo como fio condutor as disciplinas que estruturam a grade curricular do referido Curso, particularmente aquelas que abordam as relações étnico-raciais, e também o meu percurso acadêmico.

Para compreender como essas relações se dão foi necessário analisar documentos de referência tais como: Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia da UFSC (2008), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e a Lei 10639/03.

Esse trabalho está organizado da seguinte maneira: no capítulo 1, apresento uma contextualização histórica, que descreve a criação e reestruturação curricular pedagógica e metodológica no Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa

Catarina. No segundo capítulo, analisei os documentos de referência que tratam da implantação da Lei nº 10.639/03, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. As relações étnico- raciais no currículo do Curso de Pedagogia da UFSC são discutidas no 3º capítulo.

2. Breve histórico do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina.

As considerações a seguir foram analisadas a partir do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia – UFSC 2008.

O curso de Pedagogia da UFSC começou a funcionar em 17 de março de 1960 e tinha como objetivo formar professores para o ensino médio, para a docência na Escola Normal e professores (bacharéis) para atividades educacionais não docentes. Foi o primeiro Curso do Estado e integrou o conjunto das seis faculdades (Direto, Farmácia e Odontologia, Medicina, Engenharia, Serviço Social e Filosofia).

Desde lá, o Curso de Pedagogia passou por vários processos de discussões, reformas e alterações. Passamos a discorrer sobre o processo iniciado a partir de 2006 com o Grupo de Trabalho da Reforma Curricular – GT REFORMA que teve como membros: funcionários da área administrativa, docentes, discentes, Centro Acadêmico Livre da Pedagogia (CALPE) e grupos de pesquisas. Foram realizadas cinco assembleias gerais (23/11/2016); (14/12/2006), (29/05/2006), (22/08/2007 e (05/09/2007), sendo que a última foi aprovada a matriz curricular.

Moraes (2014) ao relacionar o Currículo do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina, com a vida do artista Bispo do Rosário, particularmente com a obra “O Manto”, apresenta relações quanto aos processos de conformação e institucionalização que tanto o artista como os estudantes do Curso de Pedagogia vivenciam no processo de formação. Neste sentido, Moraes se reporta a Foucault (2003) para afirmar que o sistema escolar.

[...] é também inteiramente baseado numa espécie de poder judiciário. A todo o momento, se pune e se recompensa se avalia, se classifica, se diz quem é o melhor, quem é o pior. Além disso, vigiam se os corpos, as atitudes e os comportamentos. (MORAES, 2015, p.41 apud FOUCAULT, 2003, p.120).

De acordo com Moraes (2014) o objetivo formativo da grade curricular do Curso de Pedagogia da UFSC é formar profissionais para atuar como professores/as e pedagogos/as com conhecimentos teóricos – metodológico, isto é, profissionais capazes de compreender e analisar de modo crítico os fenômenos sociais presentes na sociedade. O Currículo é fundamentado a partir da perspectiva crítica desencadeando a organização das disciplinas curriculares dando forma a grade curricular que se expressa como instrumento formativo por meio das práticas pedagógicas exercitadas nas salas de aula.

Assim, o currículo pode ser concebido como instrumento teórico-metodológico que reflete as relações que estruturam a sociedade, portanto, é um instrumento que se expressa como um espaço de campo de lutas e interesses antagônicos.

O que se espera desse estudante após quatro anos e meio de formação considerando o objetivo da base curricular, é que este atue em escolas públicas e reconheça a importância de tomar a sua prática pedagógica como social e política de modo a intervir na realidade social e escolar ao qual se encontra inserido.

Os princípios indicados por ocasião da reforma curricular no Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia em 2008 são:

Reafirmados, acrescidos da compreensão de que a complexidade do contexto societário atual exige das universidades e, de modo particular, dos cursos que têm como objetivo a formação de professores, o enfrentamento de novas questões. Assim, este Projeto incorpora as **políticas de ações afirmativas** simplesmente na UFSC, propõe um percurso formativo articulado e integrado para docência nos anos iniciais do Ensino Fundamental e para Educação Infantil (UFSC, 2008, p. 10) (grifos nossos).

Encontramos aqui o primeiro registro que remete às Políticas de Ações Afirmativas e que coincide com a realização do 1º vestibular da Universidade Federal de

Santa Catarina em 2008. Onde estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental e médio em escolas públicas, tiveram a oportunidade, de ingressar nas universidades e instituições federais de educação, ciência e tecnologia, por meio do Sistema de Cotas. Nesse sentido, a UFSC em 2008, destinou 10% das vagas para estudantes que se auto declarados negros oriundos de escolas públicas e 5% das vagas destinadas para estudantes indígenas. A implantação do Programa de Ações Afirmativas na referida universidade, casou grande impacto no contexto acadêmico transformando o presente contexto numa dinâmica de múltiplas diversidades. Podemos destacar especificamente no Curso de Pedagogia, o ingresso de 30 estudantes através desse programa, sendo 20 de escolas públicas e 10 auto declarados negros.

A problemática que se desvelou com o ingresso desse público, particularmente a condição dos negros, relaciona-se as políticas de permanência elaboradas pelas esferas da Universidade com a finalidade de prover com qualidade as oportunidades de estudos a estes estudantes. De acordo com o PPP (2008, p.11), foram realizadas as seguintes ações:

[...] professores estudantes de Pedagogia participam também do Programa *Conexões de Saberes* (MEC) que tem como objetivo o desenvolvimento de ações visando a permanência de estudantes das “camadas populares” na universidade. Professores e estudantes participantes desse Programa tem contribuído significativa para a construção de uma agenda de debates sobre Ações Afirmativas tanto no âmbito do curso de Pedagogia, como da UFSC (UFSC, 2008, p.11).

Diante da constatação acima, pontuo que sou resultado desse momento histórico a qual o Programa de Ações Afirmativas foi implantado. No ano de 2008.2 ingressei na Universidade Federal de Santa Catarina, no Curso de Pedagogia pelo referido programa.

Estar na condição de estudante de uma Universidade pública era algo inimaginável para alguém com a minha condição social de mulher negra, trabalhadora, pertencente à classe popular e oriunda de instituição pública. Desse modo, a conquista de ingresso constituiu-se como uma vitória, frente ao percurso escolar marcado pela exclusão, repetência e discriminação ao ponto de ser julgada incapaz de prosseguir nos estudos e que deveria ser inserida no campo de trabalho na condição de doméstica.

No entanto, aquilo que pareceu uma vitória mostrou também que os problemas que teria que enfrentar no Centro, ao qual o Curso de Pedagogia está instalado, como: condições precárias relacionadas às dependências físicas das salas, banheiros, equipamentos, mas particularmente as relações pedagógicas entre estudantes e professores; estudantes e estudantes e estudantes e técnicos administrativos e também a ausência de programas que atendessem as reais necessidades dos estudantes quanto a questões que podem ser tomadas como irrelevantes. Estas que são de cunho prioritário a estudantes na condição de trabalhadores, negros e pertencentes às camadas populares.

Tais necessidades relacionam-se também a ajuda de custo que proovessem a alimentação, transporte, materiais didáticos (cópias dos textos), acompanhamento psicológico, acompanhamento e apoio pedagógico no ensino e aprendizagem para assegurar a permanência desses estudantes.

No Projeto Pedagógico do Curso de pedagogia – UFSC de 2008 foram definidos três grandes princípios: Educação Infância; Organização dos Processos Educativos e Pesquisa. Como orientadores da formação expressando os compromissos assumidos pelo Curso com a formação qualificada do/a pedagogo/a, integrando a teoria e prática, são eles:

- **Quanto a escola.**

No curso de pedagogia da UFSC a escola pública é o foco na formação do/a pedagogo/a. É nessa instituição socialmente construída, através de projetos políticos pedagógicos e metodológicos, que a/o profissional irá desenvolver os conhecimentos científicos, é o local aonde os educandos vai acessão os conhecimentos.

É na escola que a formação de professor vai se firmado, por meio de “tanto no âmbito da prática pedagógica quando no âmbito da pesquisa”. Reconhecendo que a escola, não é um campo neutro, pois ela não age isoladamente, dentro dessa estrutura física, encontramos vários sujeitos capazes de trava enumeras batatas ideológicas, em defesa do seu campo educacional, tendo como base ‘ núcleos e /ou grupos de pesquisa e coletivos de intelectuais seguem lutando por outra perspectiva de educação’.

- **Quanto ao professor e a professora.**

O Projeto Pedagógico do Curso tem a docência como base da formação do professor compreendido como intelectual e pesquisador, ficam, portanto assegurados pelos eixos orientadores da matriz curricular.

O currículo que está em vigor no Curso de Pedagogia, encontra-se constituído em três eixos que são: Educação e Infância; Organização dos Processos Educativos e Pesquisa.

Iniciando com Educação e Infância que é oferecido da 1ª fase a 8ª fase tendo em cada semestre um foco específico sobre essa temática, buscando salientar a importância de compreender e saber lidar com esse sujeito e o seu universo de complexidade que envolve a criança. Estudar a infância e reconhecer que as condições sociais e culturais interferem na condição de seu processo de humanização.

Enfatiza um dos objetivos do curso, a formação de professores para atuar nas Instituições de Educação Infantil e anos Iniciais do Ensino fundamental público e gratuito. É no eixo da Educação e Infância que são oferecidos estágio obrigatório na área de formação no Ensino Fundamental.

- **Quanto ao Curso.**

O Curso de Pedagogia- UFSC forma o/a pedagogo/a para atuar na rede pública e ao longo dos quatro anos e meio, legitima citando que a sua base pedagógico-metodológica desenvolve área específica de formação docente, coordenação pedagógica e a produção de conhecimento.

Sendo que, a formação possibilitará atuar na área da educação: Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, estrutura para constitui essa formação pedagógica foi à linguagem, a arte o lúdico, forma ferramenta de suma fundamental para docência e para desenvolvimento da criança, nos primeiros passos para sua alfabetização.

Podemos atuar no campo da de coordenação pedagógica, exercendo a função de orientador (a) educacional, com objetivo junto ao corpo de funcionários e docentes da unidade infantil e escolar do ensino fundamental, incluindo a modalidade da EJA, utilizamos a Didática, currículo, organização dos processos educativos área da educação estudos procedimentos para desenvolvimento infantil e a ampliação e análise em relação ao projeto político pedagógico, de cada espaço específico.

A UFSC através da graduação apresenta a possibilidade do/a pedagogo/a ampliar os seus conhecimentos por intermédio, do NADE (Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudo) e ao TCC (Trabalho de conclusão de curso). Oportuniza o acesso a várias linhas de pesquisa que a UFSC desenvolve a nível nacional e internacional, intercâmbio estudantil, mestrado e doutorado, para continuidade aos estudos. Mas, será que as políticas de permanência aos alunos de baixa renda econômica afrodescendente e indígenas permite condições para que realizar todo esse percurso?

Atualmente o currículo da Pedagogia está assim organizado:

Quadro 1: Currículo do Curso de Pedagogia da UFSC (2009-2015).

1º Fase	2º Fase	3º Fase	4º Fase
1.Educação e Infância I 2.Educação e Sociedade I 3.Filosofia da Educação I 4.Estado e política Educacional 5.Diferença,Estigma e Educação 6.Psicologia da Educação 7.Introdução à Pedagogia	1.Educação e Infância II 2.Organização dos processos Educativos I 3.Educação e Sociedade II 4.Filosofia da Educação II 5.História da Educação I 6.Arte, Imaginação e Educação 7.Educação e Trabalho	1.Educação e Infância III 2.Didática I:fundamentos da teoria pedagógica para o ensino. 3.Teorias da Educação. 4.Linguagem Escrita e Criança. 5.História da Educação II 6.Aprendizagem e Desenvolvimento 7.Iniciação á Pesquisa	1.Educação e Infância IV:fundamentos da Educação Infantil 2.Organização dos Processos Educativos II 3.Alfabetização 4.Ciências,Infância e Ensino 5.Educação Matemática e Infância 6.Pesquisa em Educação I 7.Núcleo de Aprofundamento de Estudos – NADE I
5º Fase	6º Fase	7º Fase	8º Fase
1.Educação e Infância V: conhecimento,jogo,interação e linguagens 2.Organização dos Processos Educativos Infantil I	1.Educação e Infância VI: conhecimento, jogo, interação e linguagens II 2.Organização dos Processos Educativos na	1.Educação Infantil VII: estágio em Educação Infantil 2. Libras I 3.Educação e Comunicação	1.Educação e Infância VII : exercício da docência nos anos iniciais 2.Didática II :

3.Literatura e Infância 4.Geografia,Infância e Ensino 5.História,Infância e Ensino 6.Fundamentos e metodologia da Matemática	Educação Infantil 3.Políticas e Práticas Pedagógicas relacionadas à Educação Especial 4.Língua Portuguesa e Ensino 5.Infância e Educação do Corpo 6.Educação de Jovens e Adultos 7.Pesquisa em Educação II	4.NADE II	processos de ensino nos anos iniciais da escolarização 3.Organização dos Processos Coletivos do Trabalho Escolar 4.Pesquisa em Educação III: orientação ao TCC
9º Fase			
1.educação Especial: conceitos, concepções e sujeitos 2.Trabalho de Conclusão de Curso- TCC			

Elaboração da autora a partir do Projeto Político Pedagógica, 2008.

Quadro 2: Composição curricular conforme os três eixos do curso

Eixos/Horas	Componentes curriculares	Natureza
Organização dos processos educativos 26c (468h)	Educação e Infância I, II, III (relacionados às concepções, campos disciplinares e aspectos históricos da infância e das instituições escolares de educação das crianças).	Comum
	Educação e Infância IV, V e VI (específicos à educação infantil – EI; estágio em Educação infantil)	
	Educação e Infância VIII (específico aos anos iniciais do Ensino Fundamental - EF)	
Organização dos processos educativos 26c (468h)	Organização dos processos educativos I e II	Comum
	Organização dos processos educativos na educação infantil I e II	Específico à Educação Infantil
	Didática I e II	Específico aos anos iniciais do Ensino Fundamental
	Organização dos processos coletivos do trabalho escolar	Específico aos anos iniciais do Ensino Fundamental
Pesquisa 29c (522h)	Iniciação à Pesquisa	Comum

	Pesquisa em Educação I, II e III	Comum
	Núcleos de Aprofundamento e Diversificação de Estudos – NADEs	Comum/específicos
	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC	Comum

Fonte: UFSC, 2008, p.20

De acordo com o PPP

Estas disciplinas, desenvolvidas ao longo do curso, tomam como foco o trabalho pedagógico nas escolas e instituições de caráter educativo. Pretende-se evitar o reducionismo destas atividades a uma dimensão apenas instrumental (vinculadas ao *como-fazer*), mas vinculá-las às possibilidades/necessidades formativas do exercício da reflexão e de aproximações sucessivas às situações variadas, em diversos tipos de experiências com as instituições educativas, que permitam a ‘análise e compreensão da realidade educacional brasileira, com ênfase: nas relações existentes entre Estado, Sociedade e Educação; no processo de constituição histórico- cultural dos sujeitos e da prática pedagógica realizadas na escola e em outras constituições de caráter educativo; nos elementos constitutivos da cultura produzida no interior das referidas instituições; nas bases epistemológicas do conhecimento escolar, nos princípios metodológicos das atividades de ensino-aprendizagem’ (QUINTEIRO; SERRÃO, 2004, s/p. apud PPP, 2009, p. 37-38).

O PPP traz com isso a necessidade de se considerar as particularidades dos sujeitos envolvidos no processo de escolarização e situa as relações étnico-raciais como um aspecto a ser tratado, contudo perguntamos: esses aspectos são vivenciados no decorrer do curso? Em quais disciplinas e/ou conteúdos? Será que no conjunto dos conhecimentos considerados como “historicamente produzidos pela humanidade” se encontram os conhecimentos indígenas, afro-brasileiros e africanos? De onde vem a legitimidade de alguns conhecimentos em detrimento de outros? Essas são algumas questões que tentamos responder nesse trabalho.

Nesse cenário de muita mudança política e educacional a UFSC, voltada mais precisamente ao Curso de Pedagogia e aos princípios indicados por ocasião da reforma curricular são aqui reafirmados, acrescidos da compreensão de que a complexidade do contexto societário atual exige das universidades e, de modo particular, dos cursos que têm como objetivo a formação de professores, o enfrentamento de novas questões.

Como a Universidade se preparou para receber esse público, que muito deles estão entrando na Universidade pela primeira vez, através das Políticas de Ações Afirmativas-UFSC, na sua maioria Estudantes oriundo das classes populares, que

frequentaram a Escola Pública, pessoas com faixas etárias diferenciadas, trabalhadores/as que terão que articular sua carga horária de trabalho com as novas obrigações de qualquer Curso que a instituição venha a oferecer. Onde esse público encontrará apoio pedagógico e metodológico, quando houver dificuldade para acompanhar as disciplinas?

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS NA PERSPECTIVA DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das relações Étnico-Raciais e para o Ensino de Histórico e Cultura Afro-Brasileira e Africana, aprovadas em 2004 são decorrentes da histórica luta dos movimentos negros por educação pelo reconhecimento da história da população negra. No âmbito legal foi a alteração da LDB 9394/96 que tornou obrigatória o ensino da História e Cultural Afro-Brasileira e Africana.

Desse modo, as Diretrizes Nacionais buscam trazer para a população brasileira, a necessidade e a valorização dos sujeitos negros para que estes possam ser reconhecidos na cultura nacional e, também, para que através delas se possa construir uma sociedade menos desigual. As Diretrizes Curriculares também expõem à população brasileira, algo que todos reconhecem que são as questões complexas: discriminação referente à cor de pele, o racismo, a violência atribuída a esse público entre outros aspectos.

Essa política curricular contribui para possibilitar a todos os cidadãos brasileiros, escola pública de qualidade devidamente instaladas e equipadas tendo professores qualificados para o ensino das diferentes áreas de conhecimento, com uma base estrutural social, política, econômica para lidar com as tensas relações produzidas pelo racismo e discriminações. Além disso, permite a ampliação do olhar da educação brasileira ao disponibilizar o acesso aos conhecimentos científicos e a registros culturais

diferenciados; possibilitar analisar criticamente como foi constituída e consolidada a sociedade brasileira e promover o entendimento sobre as relações sociais e raciais.

É importante tomar conhecimento da complexidade que envolve o processo de construção da identidade negra em nosso país. Processo esse, marcado por uma sociedade que, para discriminar os negros, utiliza-se tanto da desvalorização da cultura de matriz africana como dos aspectos físicos herdados pelos descendentes de africanos. (BRASIL, 2004, p.15)

Para isso, o/a professor/a, primeiramente necessitará “desfazer a mentalidade racista e discriminadora secular” e estar preparado para que possa reestruturar as suas próprias convicções tendo como base o respeito às diferenças e aos conhecimentos da população negra. Como essa profissional lida com o currículo escolar da sua unidade, de que maneira vai abordar o que a Lei 10.639/03 e o que orientam as Diretrizes sem cair no etnocentrismo europeu?

O posicionamento do cidadão negro no país não se limita as características físicas tratam-se, também, de uma escolha política e teve início com as grandes revoltas dos primeiros imigrantes trazidos a força para serem aqui escravizados. Hoje as novas gerações lutam para desvencilhar as amarras desse tempo, que com passar dos séculos também foi se modificando, saindo da escravidão, temos os trabalhadores explorados e com um salário injusto, falta de moradia, escolarização na maioria das vezes precária e um racismo sem igual.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana apresentam como princípios:

a) Consciência política e histórica da diversidade:

Significa reconhecer que a sociedade brasileira é constituída por diferentes grupos étnico-raciais e que cada grupo possui sua própria história e cultura, e que por isso, se organizam e influenciam de modos distintos a cultura brasileira. Esse princípio sugere que é preciso compreender a participação involuntária dos povos africanos, na formação da construção da nação brasileira. A história dos povos africanos e da cultura afro-brasileira, haverá de ser contada e compreendida, para além dos livros Didáticos, que apresentavam nas escolas nas décadas 70, 80,90, que somente retratava os negros como (escravos, seres marginalizados e até animalizados).

Além disso, discute que as desigualdades sociais (a pouca escolarização, as questões econômicas e políticas) referentes a esse grupo estão atreladas racismo, que

tem como base a ideia de inferioridade dos negros. Ao pautar o reconhecimento da identidade negra, no Brasil exige o respeito a esse grupo em todas as ações políticas e sociais. Lutar por uma igualdade, para ter os mesmos direitos que os demais brasileiros.

Para fortalecer a educação como potência de transformação e de mudança, é preciso ter professores mais familiarizados também com os estudos sobre a história e cultura afro-brasileira e africana. Como podemos ter uma democracia racial, se o Brasil é um país de inúmeras desigualdades?

b) Fortalecimento de identidade e de direitos:

O princípio descrito aqui, afirma o respeito à identidade do cidadão brasileiro e que seja feita, um esclarecimento referente a omissão histórica e social, ocorrida no país em relação aos grupos afro-brasileiro e indígenas. Formar na sociedade um olhar mais crítico e ensinar, as novas gerações a historicidade desses grupos, descrevendo e rerepresentando os fatos e histórias com outro referencial. Que esses sujeitos tenham compreensão da sua identidade, e dos seus direitos como cidadãos brasileiros (as), atuante nesse país.

c) Ações educativas de combate aos racismos e discriminações:

De que maneira, a sociedade a qual seus membros que passaram a maior parte da história sendo, discriminados, perseguidos, condenados por uma sociedade que não aceita a sua presença, sem ser no papel a qual foram representados até um século atrás? Como se busca promover ações de mudanças e esclarecimentos a população, sem causar maiores danos à população negra, para que essas transformações e compreensões ocorram, no seio da sociedade, que deseja se compreendida e respeitada.

Temos presente que esse momento histórico, a figura do professor (a) precisa ter um olhar voltado para políticas públicas da educação, um cuidado e análises sobre o currículo apresentado pelas instituições de ensino e de que modo são tratadas e trabalhadas nas escolas. No espaço da sala de aula dois sujeitos aparecem em destaque nessa relação, o aluno que têm o direito e o desejo de apreender e o professor (a), que possui o dever profissional de ensinar conteúdo, valorizando aprendizagens vinculadas às relações étnico- raciais, com essa temática no currículo.

Como avaliar, se o que está sendo oferecido tem na sua elaboração, a intencionalidade de promover o avanço e melhoria para que ocorra às mudanças sociais

tão desejadas? O que é apresentado faz com que o sujeito se torne um cidadão ativo na defesa dos direitos ou estagnado perante o que está a sua volta?

O professor (a) tem por obrigação, com seus alunos, consigo e com a instituição, o dever de buscar maiores informações e esclarecimentos, para reconhecer que o que apresenta está o mais próximo da realidade social. Eminente a pretensão de um dia, o país ter como referencial político, econômico – social outro modelo de sociedade, o mais próximo de uma democracia-racial.

Para as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das relações Étnico – Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana a escola deve contribuir com as crianças e jovens negros e não negros, discutindo e problematizando questões complexas, como: identidade; identidade negra; raça; etnia; racismo; etnocentrismo; preconceito racial; discriminação racial e democracia racial e desigualdades raciais. Além disso, exercitar outras aprendizagens sobre as culturas afro-brasileiras e africanas e a presença destas na vida cotidiana brasileira. São essas as atribuições impostas todos os dias, a esse público, que busca educação, que alcança o ensino superior, como a mulher é representada, as crianças como são tratadas na Educação Infantil nos anos iniciais e finais da Educação Básica.

Esse profissional se depara com o dilema sobre o que deverá ser elaborado e executado, com a intencionalidade de descrever e apresentar, o processo histórico e cultural do povo negro no Brasil, com uma nova análise e olhares, porém, com a cautela de inserir no seu plano de ensino e no plano de aula temas decorrentes desse grupo étnico de uma maneira a qual o sujeito (alunos, estudante e cidadão) se identifique com aquelas pessoas ou personagens de maneira positiva e de que a sua participação no processo a qual estávamos vivendo, os negros também é encontrados em lugares de destaque, tanto, no âmbito nacional e internacional, intelectual, científicos, empresariado, em vários setores da sociedade.

De acordo com Silva (1999), em seu livro *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*, ao se referir a esse grupo étnico em especificamente usando “o fato de que o termo ‘raça’ não tenha nenhum referente ‘físico’, ‘biológico’, ‘real’, não o torna menos ‘real’ em termos culturais e sociais” (SILVA, 1999, p. 101).

Isso descreve muito bem como as ações são dirigidas ao cidadão negro e o que ele enfrenta a todo o momento, pois, no Brasil o preconceito é algo instituído, porém, no momento de se posicionar muitos afirmam que não são preconceituosos, mas as suas atitudes descrevem o contrário.

Mas, como lidar com isso? Quais são as ferramentas, capazes de derrubar essa muralha social? Compreendendo que as nossas ações não são executadas meramente pelo acaso, elas são parte da representação social a qual os negros pertencem. E para acontecer uma mudança estrutural nessa sociedade, que é desigual e elitista, precisou nos dirigir a uma das escolas que constitui a base estrutural de uma nação.

[...] Ela não procederá por simples operação de adição, através da qual o currículo se tornaria “multicultural” pelo simples acréscimo de informações superficiais sobre outras culturas e identidades. Uma perspectiva crítica de currículo buscaria lidar com a questão da diferença como uma questão histórica e política. Não se trata simplesmente de celebrar a diferença e a diversidade, mas de questioná-las. Quais são os mecanismos de construção das identidades nacionais, raciais, étnicas? Como a construção da identidade e da diferença está vinculada a relações de poder? Como a identidade dominante tornou-se a referência invisível através da qual se constroem as outras identidades como subordinadas? Quais são os mecanismos institucionais responsáveis pela manutenção da posição subordinada de certos grupos étnicos e raciais? Um currículo centrado em torno desse tipo de questões evitaria reduzir o multiculturalismo a uma questão de informação. Um currículo multiculturalista desse tipo deixaria de ser folclórico para ser tornar profundamente político. (SILVA, 1999, p.102).

A procurar de atender as exigências, que o cenário político, pedagógico e metodológico apresenta é preciso direcionar os olhares para as Instituições de Ensino Superior e a Formação de professores. Neste sentido, dizem as Diretrizes:

Para obter êxito, a escola e seus professores não podem improvisar. Têm que desfazer mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos. Isto não pode ficar reduzido a palavras e raciocínios desvinculados da experiência de ser inferiorizados vivida pelos negros, tampouco das baixas classificações que lhe são atribuídas nas escalas de desigualdades sociais, e econômicas, educativas e políticas. (BRASIL, 2004. p.15).

A escola pública e a universidade pública são instituições que têm responsabilidades frente às transformações sociais, principalmente no que diz respeito às discriminações e preconceitos. Pois, contribuem com a formação de estudantes e profissionais da área da educação e de outros campos da sociedade.

A escola, enquanto instituição social responsável por assegurar o direito da educação a todo e qualquer cidadão, deverá se posicionar politicamente, como já vimos, contra toda e qualquer forma de discriminação. (BRASIL, 2004, p.16)

A função do professor não poderá ser somente de mediador nas relações que irá enfrentar dentro da instituição, em sala, e na sociedade, pois nesses espaços ele irá encontrar questões de conflitos entre os indivíduos, que precisará da sua intervenção (mediação), para poder estabelecer um espaço de diálogo e debate.

Como o professor é constituído no processo de formação, quais são as concepções que irão sustentar no decorrer do exercício da docência, esse profissional com conhecimento científico, que lhe permita uma contextualização histórico-social e política?

No caso de jovens e adultos reconhecem a importância da educação, para o processo de transformação social. Para que isso ocorra, mesmo depois de passar um tempo fora da escola, eles buscam alternativa de acessar a educação, que atenda as suas necessidades. Mas, o que o Estado oferece para eles, além das questões sociais vigentes, o professor e a professora, estão se deparando com um paradigma social, é nesse momento que as relações humanas ultrapassar a via de professor (a) e estudante, que ambos irão buscar maneira de lidar com essas questões transversais que o currículo descreve e a sociedade apresenta. Neste sentido, “quem sabe, quando o campo da educação compreender melhor que o uno e o múltiplo, as semelhanças e as diferenças são condições próprias dos seres humanos, os educadores e as educadoras poderão ser mais capazes de reconhecer o outro como humano e como cidadão e tratá-lo com dignidade” (GOMES, SILVA, 2002, p.29).

Para haver uma concretização do que encontramos prescrito nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico- Raciais e para Ensino de História Afro- Brasileira e Africana, e com isso, fazer com que as questões raciais e a históricas da população negra passem a ser reconhecidas e compreendidas como integrantes do currículo da formação de professores. Ressaltando dessa maneira as descrições que a diretrizes apresentam, através do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno/DF a Resolução N°1, de 17 de junho 2004, ao falar, do papel do professor, professoras no ensino superior, que irão, formar novos professores, cujo principal objetivo é formar profissionais para atuar na educação pública.

Sendo assim:

Art. 3º A Educação das Relações Étnico-Raciais e o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira, e História e Cultura África será desenvolvida por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas Instituições de ensino e seus professores, com o apoio e supervisão dos sistemas de ensino, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas, atendidas as indicações, recomendações e diretrizes explicitadas no Parecer CNE/CP 003/2004

§ 1º Os sistema de ensino e as entidades mantenedoras incentivarão e criarão condições materiais e financeiras, assim como proverão as escolas, professores e alunos, de material bibliográfico e de outros materiais didáticos necessários para a educação tratada no “caput” deste artigo.

§ 2º As coordenações pedagógicas promoverão o aprofundamento de estudos, para que os professores concebam e desenvolvam unidades de estudos, projetos e programas, abrangendo os diferentes componentes curriculares.
(BRASIL, 2004, p.32).

Como esse professor e professora, irão constitui esse novo conhecimento, reconhecendo que, o que as instituições de ensino superior oferecem é somente, um fragmento de tudo que ocorre ao mesmo tempo no mundo e na nossa sociedade? Cabe a esse profissional, estabelecer uma maior proximidade, com os grupos que foram se constituindo socialmente, que são referenciais e se tornaram a base, da necessidade de se criar um documento com cunho, de estabelecer uma nova análise social tendo como foco a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

Esses grupos, em muitos momentos, fazem o caminho inverso, eles são constituídos primeiramente nas suas comunidades, procuram um referencial orientador, que possam estabelecer uma comunicação entre eles e as autoridades, já existente que são das áreas: educacional, política, administrativa/social e econômica, em alguns casos, esse orientados no papel de professor ou professora, que olha para sua comunidade e para o seu local de trabalho a escola, buscando assim, maneiras e formas de estabelecer um crescimento intelectual capaz de transformação e análise crítica, sobre o que almejamos como sociedade, que reconhecer o papel e a importância de termos cidadãos de diferentes grupos étnico-raciais na sociedade brasileira.

Quadro 3: Universidades que oferecem no Curso de Pedagogia Disciplinas ou conteúdos relativos à educação das relações étnico-raciais

UNIVERSIDADE	DISCIPLINA	EMENTA	CH
Uni1 (Comunitária)	Estudos multiculturais	Conceituação e definição de cultura e multiculturalismo. Reflexão do cotidiano como produto e produtor de imagens relativas às relações vividas e experienciadas por sujeitos sociais diversos. A alteridade e suas múltiplas linguagens, expressas pela cultura no interior de um campo de poder através de formas sociais de exclusão e resistência. Respeito à diversidade como um pressuposto ético essencial para a atuação docente em uma escola que se pretende democrática e inclusiva. Diversidade física, ideológica, psíquica, étnico-cultural e socioeconômica presentes no cotidiano escolar. Diferença, Cultura, Diversidade e Alteridade referidos aos diferentes espaços de ação e de intervenção da prática educativa e da prática científica.	30h/a
Uni2 (Comunitária)	Educação e antropologia cultural	Homem: Dimensão Filogenética e Ontogenética. Cultura: conceitos, evolução e construção. Educação e diversidade cultural. Etnocentrismo e multiculturalismo. Identidade e diferenças na escola: família, etnia, religião e gênero	36 h/a
Uni4 (Comunitária)	Módulo Integrador - Educação e Inclusão	Educação de Jovens, Adultos e do Campo: Concepções do processo de alfabetização no Brasil contemporâneo. A educação popular e suas trajetórias. A diversidade: Fundamentos históricos, filosóficos, antropológicos e sociológicos da educação de jovens e adultos e do campo. Educação Étnico-Racial e Indígena: A construção das relações étnico-raciais no Brasil e suas implicações educacionais. Noções de raça, racismo, identidade e etnia. Relações étnico-raciais e currículo. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico-raciais e para o ensino de história e Cultura Afro-brasileira e Africana. Pesquisas em relações étnico-raciais e indígenas: metodologias e tendências	120 h/a
Uni5 (Pública)	Educação dos negros no Brasil (OPTATIVA)	Educação, relações sociais e os negros no Brasil. Cultura e processos identitários. Escola, currículo e projetos pedagógicos para igualdade de oportunidades educacionais	72 h/a
	NADE – Práticas educativas e relações étnico-raciais	Educação, relações sociais e os negros no Brasil. Espaços educativos, escola, currículo e projetos pedagógicos para igualdade de oportunidades educacionais.	54 h/a
	Diferença, estigma e identidade	Teorias modernas e contemporâneas sobre o juízo perceptivo de si e do outro. Introdução ao estudo sistemático dos conceitos vinculados com os processos de diferenciação individual e social e sua repercussão no contexto escolar. Alteridade, Diálogo e Ética na Educação.	60 h/a
	Organização dos Processos Coletivos do	A gestão democrática como princípio didático-pedagógico. O cotidiano escolar e a diversidade cultural. A coordenação político-pedagógica da	72 h/a

	Trabalho Escolar	escola. A organização do trabalho escolar: linguagens, grupo, tempos e espaços. O planejamento da organização escolar. O projeto político pedagógico: a vida como prerrogativa. Os sujeitos da escola, suas divergências e seus consensos. Ética e gestão do cuidado na organização escolar.	
	Infância e Educação do Corpo	O corpo como cruzamento entre natureza e cultura. Corpos e formas de subjetivação. Infância, pensamento e contemporaneidade. Processos de institucionalização da infância. Escolarização do corpo. Infância, corpo, consumo. Políticas do corpo. Infância, gênero, classe, etnia. Infância, corpo e produção social do preconceito.	72 h/a
	Educação de Jovens e Adultos	Processos educativos de jovens e adultos. Políticas e práticas educativas de EJA. Alfabetização e escolarização na EJA. Os sujeitos jovens e adultos. Cultura, relações raciais e a EJA. A juvenilização da EJA. Currículo, alternativas didático-pedagógicas e a Educação de Jovens e Adultos	72 h/a
	Língua Portuguesa e Ensino	A comunicação humana. O universo da oralidade e sua prática em ambientes escolares. Apropriação, desenvolvimento e produção da língua escrita nos anos iniciais. Práticas cotidianas de leitura e a formação de leitores. A interpretação de textos e a produção de sentidos. O trabalho docente em relação à diferença e à diversidade. Aspectos de variação e mudança lingüística. Relações entre conhecimento lingüístico e conhecimento gramatical. Relações da leitura e da escrita com outras linguagens e com as novas tecnologias. Língua e processos criativos: a expressão artística na infância. Prática como Componente Curricular.	54 h/a

Fonte: PASSOS, 2014, p. 187-888

Identificamos as disciplinas da Uni5 como pertencentes ao Curso de Pedagogia da UFSC e por isso, contatamos que além das disciplinas: Língua Portuguesa e Ensino, Educação de Jovens e Adultos, Infância e Educação do Corpo, Organização dos Processos Coletivos do Trabalho Escolar, Diferença, estigma e identidade, NADE – Práticas educativas e relações étnico-raciais e Educação dos negros no Brasil destacadas por Passos (2014), ao observarmos o conjunto dos programas das disciplinas que compõem o curso, nos deparamos com outras disciplinas que anunciam abordar as temáticas étnico-raciais. São elas:

Quadro 4: Disciplinas que anunciam ou que potencialmente podem abordar as questões étnico-raciais

Educação Patrimonial, Memória, Linguagens	Educação patrimonial. Patrimônio. História local. Patrimônio cultural indígena e afrodescendente. Patrimônio material e imaterial. Identidade. Cidadania. Atividades a em educação patrimonial.	54 h/a
Educação Popular	Raízes da Educação popular, Pensamento de Paulo Freire; Movimentos de Educação Popular nos anos 60, 70,80 e 90; Educação popular e Cruz e Sousa; Educação popular nos anos 2000 e arte, saúde cidadania	72 h/a
Organização Escolar e	Concepções teóricas do campo curricular. Políticas curriculares na	72

Currículo	Educação Básica. Currículo e organização da escola.	h/a
Literatura e Infância	História da literatura na infância. Concepções de literatura para infância. O texto literário. Realidade e fantasia no texto literário. Leitura literária e formação de repertório. Ler e contar histórias.	72h/a
História, Infância, Ensino	Fundamentos teóricos e metodológicos do conhecimento histórico e do ensino de história nos anos iniciais. História. Memória. Alfabetização Histórica. Fontes históricas. Sujeito histórico. Tempo histórico. Identidade. Diversidade étnico-racial e étnico-cultural. Prática como componente curricular.	90 h/a
Organização dos Processos educativos na Educação Infantil	Especificidade do trabalho educativo com bebês (crianças de zero a três anos) na creche. Dimensões conceituais da relação educativa com bebês: linguagem, corpo e emoção. Organização das atividades educativas da vida diária na creche (sono), alimentação e cuidados essenciais). Processos de inserção das crianças e relação com famílias em espaço coletivos de educação. Aproximação aos contextos educativos públicos de creche.	72 h/a

Fonte: Elaboração da autora com base nos Programas de Ensino

Ao término dessas análises sobre as disciplinas que compõem o currículo do Curso de Pedagogia da UFSC em vigente constatei que na reestruturação curricular realizada em 2009, das cinquenta disciplinas oferecidas ao longo do curso, dezesseis (16) apresentam em seus Programas de Ensino e ressaltam nas ementas, assuntos, temas ou conteúdos referentes a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Dessa maneira fica compreensível, entender, as dificuldades que professores da educação básica apresentam para tratar do tema

De acordo com Passos; (2014, p.184)

A criação e/ou sanção dos dispositivos jurídico-normativos para o currículo escolar tensiona a lógica de funcionamento do Estado brasileiro, instigando a construção de uma nova agenda e forçando atitudes políticas e debates públicos sobre as desigualdades na educação brasileira, na medida em que as políticas educacionais universalistas não conseguem atingir a todas indistintamente. Do mesmo modo, as universidades são instadas a incluir na formação docente conteúdos que possibilitem aos professores abordar as questões referentes ao ensino da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando sua contribuição nas áreas social, econômica e política.

Por sua vez como a UFSC, se apresenta perante a tanta diversidade pedagógica – social-cultural apresentada nos últimos tempos, de que maneira ela nos representa, quais são os seus posicionamentos políticos? Em conformidade a fala do sociólogo Munanga (2000, p.27):

Estamos num país onde certas coisas graves e importante se praticam sem discurso, em silêncio, para não chamar a atenção e não desencadear um processo de conscientização, ao contrário do que

aconteceu nos países de racismo aberto. O Silêncio, o implícito, a sutileza, o velado, o paternalismos são alguns aspecto dessa ideologia.

Um aspecto importante nesse momento tem que ressaltar, pois está mexendo muito comigo, reviver a minha experiência como acadêmica dessa universidade, ao realizar as análises em relação às Disciplinas do Curso. Vejo uma triste constatação: como os acontecimentos são colocados para você, ao longo da sua vida, e reconhecer que precisamos de muito mais espaço para que outros sujeitos possam também dispor de tempo e condições, sociais, política, econômica, para estar dentro de uma Universidade. No entanto, descobrimos que dentro dela, também iremos encontrar várias barreiras, que podem nos impedir de alcançar, níveis mais elevados de conhecimentos. Ressalte-se que o nosso desenvolvimento intelectual é para além de um certificado de conclusão!

3. AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO CURRÍCULO DO CURSO DE PEDAGOGIA-UFSC.

De acordo com Silva (1999)

A questão central que serve de pano de fundo para qualquer teoria do currículo é saber qual conhecimento deve ser ensinado. De uma forma sintética a questão central é: o quê? Para responder a essa questão, as diferentes teorias podem recorrer a discussões sobre a natureza humana, sobre a natureza do conhecimento, da cultura e da sociedade. As diferentes teorias se diferenciam, inclusive, pela diferente ênfase que dão a esses elementos. Ao final, entretanto, elas têm que voltar à questão básica: o que eles ou elas devem saber? Qual conhecimento ou saber é considerado importante ou válido ou essencial para merecer ser considerada parte do currículo?(SILVA, 1999, p.13-14).

Jerônimo (2015) descreve de maneira objetiva, a importância e o poder que têm o currículo de um curso, e o que ele representa quando o mesmo está atrelado ao Curso de Pedagogia - UFSC, compreendendo que a sua estruturação, foi concebida através de intervenções de várias partes, de interesses diversos. Para o autor, o currículo está diretamente ligado a um condutor que é a sociedade que expressa os seus interesses de dominação, permanência, liberdade ou crítica através dele.

Compreendemos que o Currículo é uma construção social de conhecimento, quais são eles encontrado, quem são o público que o mesmo deseja atingir com qual propósito.

Pesquisa realizada por Passos (2014) cujo objetivo foi analisar a oferta de disciplinas e conteúdos sobre relações étnico-raciais em cursos de licenciatura informa que: a) dois cursos tratam essas questões numa abordagem da cultura; b) duas universidades apresentam disciplinas que abordam diretamente como conteúdos; c) no caso da Uni5 são sete disciplinas que potencialmente podem abordar as questões étnico-raciais; d) uma universidade sugere em nome de disciplina o termo “diferenças”, contudo, se restringe a inclusão na perspectiva de pessoas com deficiências.

Quadro 3: Universidades que oferecem no Curso de Pedagogia Disciplinas ou conteúdos relativos à educação das relações étnico-raciais

UNIVERSIDADE	DISCIPLINA	EMENTA	CH
Uni1 (Comunitária)	Estudos multiculturais	Conceituação e definição de cultura e multiculturalismo. Reflexão do cotidiano como produto e produtor de imagens relativas às relações vividas e experienciadas por sujeitos sociais diversos. A alteridade e suas múltiplas linguagens, expressas pela cultura no interior de um campo de poder através de formas sociais de exclusão e resistência. Respeito à diversidade como um pressuposto ético essencial para a atuação docente em uma escola que se pretende democrática e inclusiva. Diversidade física, ideológica, psíquica, étnico-cultural e socioeconômica presentes no cotidiano escolar. Diferença, Cultura, Diversidade e Alteridade referidos aos diferentes espaços de ação e de intervenção da prática educativa e da prática científica.	30h/a
Uni2 (Comunitária)	Educação e	Homem: Dimensão Filogenética e Ontogenética.	36 h/a

	antropologia cultural	Cultura: conceitos, evolução e construção. Educação e diversidade cultural. Etnocentrismo e multiculturalismo. Identidade e diferenças na escola: família, etnia, religião e gênero	
Uni4 (Comunitária)	Módulo Integrador - Educação e Inclusão	Educação de Jovens, Adultos e do Campo: Concepções do processo de alfabetização no Brasil contemporâneo. A educação popular e suas trajetórias. A diversidade: Fundamentos históricos, filosóficos, antropológicos e sociológicos da educação de jovens e adultos e do campo. Educação Étnico-Racial e Indígena: A construção das relações étnico-raciais no Brasil e suas implicações educacionais. Noções de raça, racismo, identidade e etnia. Relações étnico-raciais e currículo. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico-raciais e para o ensino de história e Cultura Afro-brasileira e Africana. Pesquisas em relações étnico-raciais e indígenas: metodologias e tendências	120 h/a
Uni5 (Pública)	Educação dos negros no Brasil (OPTATIVA) –	Educação, relações sociais e os negros no Brasil. Cultura e processos identitários. Escola, currículo e projetos pedagógicos para igualdade de oportunidades educacionais	72 h/a
	NADE – Práticas educativas e relações étnico-raciais	Educação, relações sociais e os negros no Brasil. Espaços educativos, escola, currículo e projetos pedagógicos para igualdade de oportunidades educacionais.	54 h/a
	Diferença, estigma e identidade	Teorias modernas e contemporâneas sobre o juízo perceptivo de si e do outro. Introdução ao estudo sistemático dos conceitos vinculados com os processos de diferenciação individual e social e sua repercussão no contexto escolar. Alteridade, Diálogo e Ética na Educação.	60 h/a
	Organização dos Processos Coletivos do Trabalho Escolar	A gestão democrática como princípio didático-pedagógico. O cotidiano escolar e a diversidade cultural. A coordenação político-pedagógica da escola. A organização do trabalho escolar: linguagens, grupo, tempos e espaços. O planejamento da organização escolar. O projeto político pedagógico: a vida como prerrogativa. Os sujeitos da escola, suas divergências e seus consensos. Ética e gestão do cuidado na organização escolar.	72 h/a
	Infância e Educação do Corpo	O corpo como cruzamento entre natureza e cultura. Corpos e formas de subjetivação. Infância, pensamento e contemporaneidade. Processos de institucionalização da infância. Escolarização do corpo. Infância, corpo, consumo. Políticas do corpo. Infância, gênero, classe, etnia. Infância, corpo e produção social do preconceito.	72 h/a
	Educação de Jovens e Adultos	Processos educativos de jovens e adultos. Políticas e práticas educativas de EJA. Alfabetização e escolarização na EJA. Os sujeitos jovens e adultos. Cultura, relações raciais e a EJA. A juvenilização da EJA. Currículo, alternativas didático-pedagógicas e a Educação de Jovens e Adultos	72 h/a
	Língua Portuguesa e Ensino	A comunicação humana. O universo da oralidade e sua prática em ambientes escolares. Apropriação, desenvolvimento e produção da língua escrita nos anos iniciais. Práticas cotidianas de leitura e a formação de leitores. A interpretação de textos e a produção de	54 h/a

		sentidos. O trabalho docente em relação à diferença e à diversidade. Aspectos de variação e mudança lingüística. Relações entre conhecimento lingüístico e conhecimento gramatical. Relações da leitura e da escrita com outras linguagens e com as novas tecnologias. Língua e processos criativos: a expressão artística na infância. Prática como Componente Curricular.	
--	--	---	--

Fonte: PASSOS, 2014, p. 187-888

Identificamos as disciplinas da Uni5 como pertencentes ao Curso de Pedagogia da UFSC e por isso, contatamos que além das disciplinas: Língua Portuguesa e Ensino, Educação de Jovens e Adultos, Infância e Educação do Corpo, Organização dos Processos Coletivos do Trabalho Escolar, Diferença, estigma e identidade, NADE – Práticas educativas e relações étnico-raciais e Educação dos negros no Brasil destacadas por Passos (2014), ao observarmos o conjunto dos programas das disciplinas que compõem o curso, nos deparamos com outras disciplinas que anunciam abordar as temáticas étnico-raciais. São elas:

Quadro 4: Disciplinas que anunciam ou que potencialmente podem abordar as questões étnico-raciais

Educação Patrimonial, Memória, Linguagens	Educação patrimonial. Patrimônio. História local. Patrimônio cultural indígena e afrodescendente. Patrimônio material e imaterial. Identidade. Cidadania. Atividades a em educação patrimonial.	54 h/a
Educação Popular	Raízes da Educação popular, Pensamento de Paulo Freire; Movimentos de Educação Popular nos anos 60, 70,80 e 90; Educação popular e Cruz e Sousa; Educação popular nos anos 2000 e arte, saúde cidadania	72 h/a
Organização Escolar e Currículo	Concepções teóricas do campo curricular. Políticas curriculares na Educação Básica. Currículo e organização da escola.	72 h/a
Literatura e Infância	História da literatura na infância. Concepções de literatura para infância. O texto literário. Realidade e fantasia no texto literário. Leitura literária e formação de repertório. Ler e contar histórias.	72h/a
História, Infância, Ensino	Fundamentos teóricos e metodológicos do conhecimento histórico e do ensino de história nos anos iniciais. História. Memória. Alfabetização Histórica. Fontes históricas. Sujeito histórico. Tempo histórico. Identidade. Diversidade étnico-racial e étnico-cultural. Prática como componente curricular.	90 h/a
Organização dos Processos educativos na Educação Infantil	Especificidade do trabalho educativo com bebês (crianças de zero a três anos) na creche. Dimensões conceituais da relação educativa com bebês: linguagem, corpo e emoção. Organização das atividades educativas da vida diária na creche (sono), alimentação e cuidados essenciais). Processos de inserção das crianças e relação com famílias em espaço coletivos de educação. Aproximação aos contextos educativos públicos de creche.	72 h/a

Fonte: Elaboração da autora com base nos Programas de Ensino

Ao término dessas análises sobre as disciplinas que compõem o currículo do Curso de Pedagogia da UFSC em vigente constatei que na reestruturação curricular realizada em 2009, das cinquenta disciplinas oferecidas ao longo do curso, dezesseis (16) apresentam em seus Programas de Ensino e ressaltam nas ementas, assuntos, temas ou conteúdos referentes a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Dessa maneira fica compreensível,

entender, as dificuldades que professores da educação básica apresentam para tratar do tema

De acordo com Passos; (2014, p.184)

A criação e/ou sanção dos dispositivos jurídico-normativos para o currículo escolar tensiona a lógica de funcionamento do Estado brasileiro, instigando a construção de uma nova agenda e forçando atitudes políticas e debates públicos sobre as desigualdades na educação brasileira, na medida em que as políticas educacionais universalistas não conseguem atingir a todas indistintamente. Do mesmo modo, as universidades são instadas a incluir na formação docente conteúdos que possibilitem aos professores abordar as questões referentes ao ensino da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando sua contribuição nas áreas social, econômica e política.

Por sua vez como a UFSC, se apresenta perante a tanta diversidade pedagógica – social-cultural apresentada nos últimos tempos, de que maneira ela nos representa, quais são os seus posicionamentos políticos? Em conformidade a fala do sociólogo Munanga (2000, p.27):

Estamos num país onde certas coisas graves e importante se praticam sem discurso, em silêncio, para não chamar a atenção e não desencadear um processo de conscientização, ao contrário do que aconteceu nos países de racismo aberto. O Silêncio, o implícito, a sutileza, o velado, o paternalismos são alguns aspecto dessa ideologia.

Um aspecto importante nesse momento tem que ressaltar, pois está mexendo muito comigo, reviver a minha experiência como acadêmica dessa universidade, ao realizar as análises em relação às Disciplinas do Curso. Vejo uma triste constatação: como os acontecimentos são colocados para você, ao longo da sua vida, e reconhecer que precisamos de muito mais espaço para que outros sujeitos possam também dispor de tempo e condições, sociais, política, econômica, para estar dentro de uma Universidade. No entanto, descobrimos que dentro dela, também iremos encontrar várias barreiras, que podem nos impedir de alcançar, níveis mais elevados de conhecimentos. Ressalte-se que o nosso desenvolvimento intelectual é para além de um certificado de conclusão!

As analisem descritas a seguir referentes às disciplinas do Curso de Pedagogia da UFSC, que terão dois pontos de observações, primeiramente usarei uma linguagem

pessoal quando a disciplina em questão: Que os conteúdos relativos à Educação das Relações Étnico- Raciais, teve um impacto,na minha formação como estudante.

E as Disciplinas que apresentam Potencialmente podem abordar as questões Étnico-Raciais.

De acordo com antropólogo Velho (2000, p.39).

Lido com indivíduos que narram suas experiências, contam suas histórias de vida para um pesquisador próximo, às vezes, conhecido. As preocupações, os temas cruciais são em geral comuns a entrevistados e entrevistador. A conversa não é sobre crenças e costumes exóticos à socialização do pesquisador. Pelo contrário, boa parte dela faz referência a experiências históricas, no sentido mais amplo, e cotidianas também do meu mundo, e as minhas aflições e perplexidades. Eu, o pesquisador, ao realizar entrevistas e recolher histórias de vida, estou aumentando diretamente o meu conhecimento sobre a minha sociedade e o meio social em que estou mais diretamente inserido, ou seja, claramente envolvido em um processo de autoconhecimento (...).

3.1 Sobre as disciplinas do Curso de Pedagogia da USFC.

Disciplinas com conteúdos relativos à Educação das Relações Étnico-Raciais.

➤ Educação dos negros no Brasil (OPTATIVA):

A escolha dessa disciplina Estudos Sobre a Educação dos Negros no Brasil, 2009, significou um novo campo de pesquisa e debate, há que se questionar a história e não estudá-la passivamente, mudar os rumos das velhas pedagogias, substituindo-as por

uma nova que forme cidadãos negros, sem impor-lhes uma linguagem estranha à sua cultura.

A Disciplina Estudos Sobre a Educação dos Negros no Brasil, 2009. Foi apresentada na grade curricular sendo uma disciplina optativa, a noite uma vez por semana, tendo como a professora Dra. Vânia Beatriz Monteiro da Silva.

A cada encontro uma abordagem um debate sobre textos já produzidos, questões sociais na atualidade, os documentários apresentados, as visitas especiais as abordagens feitas nessas apresentações, só tem a acrescentar ainda mais as aulas.

- ✓ A COR DA DESIGUALDADE; Diversidade étnica e racial no debate sobre orçamento público. (*Rosana Heringer*)
- ✓ Arquivo – Linha de Cor. (Raquel de Queiroz.)
- ✓ Documentário “Além do samba”
- ✓ Relatório: Professor da UnB é punido com suspensão por racismo. AFROPRESS.com/agencia Afro-Étnico de Notícias.
- ✓ Visita Professor Dr. José Carlos Nogueira. Sociólogo, Secretário Executivo do Núcleo de Estudo Negros-NEN. A Diversidade Étnico-Cultural em Santa Catarina.
- ✓ Os negros no Brasil de Hoje. (Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes.)
- ✓ Relatório: Discórdia sobre árvore traz fantasma do racismo. (Helena Tecedeiro).
- ✓ Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. (Professor. Dr. Kabengele MUNANGA-USP).
- ✓ Apresentação do trabalho de pesquisa de doutorado Professor Jéferson Dantas.

Que trata das questões de **Relações étnico-raciais e educação no Brasil**. Diferencial no processo de apropriação de conteúdos, textos e convidados como:

Essa temática e ninguém tinham visto antes, vários momentos de debates e o reconhecimento de constatar e compreender, como as coisas é postas e muitas vezes as ignoramos, por falta de conhecimento sobre o assunto. A professora exerceu uma função marcante nessa experiência acadêmica.

➤ **Pensamento Pedagógico Brasileiro I.**

Essa disciplina foi oferecida na grade curricular do curso, no horário da tarde em 2009, tendo a professora Mestra. Raquel Barbosa. Com uma abordagem, que trazia as questões étnico-raciais, tendo como principal enfoque a formação e construção de escola no país.

Texto muito complexo e que necessitava que, nós acadêmicas já tivesse uma base teórica e pedagógica sobre as questões racismo, gênero, pobreza, para uma melhor compreensão dos textos.

Ao logo do semestre, foram apresentados e debatidos textos como:

- ✓ A Relação casa e Estado na Educação Oitocentista. A Casa e Seus Mestres.
- ✓ A Educação no Brasil no Século XIX e Século XX.
Escolarizar para moralizar: discursos sobre a educabilidade da criança pobre, (1820-1850).

➤ **Diferença, estigma e identidade:**

Foi a que causou mais impacto perante aos estudantes, por ser uma disciplina nova, uma professora que ninguém conhecia, essa disciplina está sendo oferecida dentro da grade curricular no horário da tarde, a professora Dra. Joana Célia dos Passos, foi que apresentou esses conteúdos, ficou bem evidente que o “sucesso” do currículo se deu principalmente pela carga de envolvimento da professora, pois, não basta ter somente o conteúdo, mas saber apresentá-lo, e perceber no semblante dos estudantes que a maioria não responde, por acreditar que aquele assunto, não interessa, por pertencer a outro grupo étnico, e já responde com um discurso pronto “Eu nunca senti preconceito, pelo contrário o preconceito muitas vezes vem da parte das pessoas de cor”. Essa disciplina foi impactante, pois, fez com que os/as estudantes levantassem um manifesto contrário a permanência da disciplina, por divergências de opiniões no momento dos debates e análises de conteúdo, chegando, ao ponto dos mesmos levantar denúncia junto ao Departamento do Curso de Pedagogia contra a professora que dava essa disciplina, com a acusação de perseguição “no momento do debate, não está ocorrendo a concordância de opiniões, pois nós somos do grupo étnico da maioria branca” (Estudante).

Como compreender esse momento, de formação a qual os sujeitos, se colocam no papel de prejudicados por não conseguirem construir uma opinião, tendo como sabe outros conhecimentos teóricos e metodológicos?

A professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, explica;

É sabido que aprender-ensinar-aprender, processo em que mulheres e homens ao longo de suas vidas fazem e refazem seus jeitos de ser, viver, pensar, os envolve em trocas de significados com outras pessoas de diferentes faixas etárias, sexo, grupos sociais e étnico-raciais, experiências de viver. Tratar, pois, de ensinamentos e de aprendizagens é tratar de identidades, de conhecimentos que se situam em contextos de culturas, de choques e trocas entre jeitos de ser e viver, de relações de poder. (SILVA, 2011, p.13).

➤ **Infância e Educação do Corpo:**

Quando essa disciplina foi apresentada em 2014, tendo como professor Doutor Alexandre Fernandez Vaz, da área da Educação Física, essas questões foram tratadas de formas mais amplas e com um olhar mais específico nas áreas da Biologia e da Anatomia, e de como o corpo reage diante de tais situações. Não veio em pauta a questão de ter todos esses assuntos com o foco direcionado para questões étnico-raciais nos seus vários lugares.

➤ **Educação de Jovens e Adultos:**

Outro aspecto merece destaque, que ocorre no Curso com uma frequência é a demora para contratação do professor ou professora (substituto que fez com que a esperar levasse mais de dois meses, desde o início do semestre 2014.1). Essa disciplina foi oferecida dentro da grade curricular no período da tarde, a professora contratada Paula Cabral.

Estudar questões sociais vigentes, analisar como são constituídos os currículos, para cada área da educação da EJA, trouxe para os/as estudantes outro olhar em relação a essa Modalidade de Educação, no Município de Florianópolis-SC.

Devemos contextualizar os/as estudantes que depois de um determinado tempo de afastamento da escola, decide retorna aos bancos escolares com a finalidade de concluir a escolarização. Reconhecendo que esses sujeitos precisam de uma abordagem diferenciada, uma construção de aula respeitando e ampliando os conhecimentos, fazendo deles seres totalmente participativo, conhecer e respeitar a sua condição, e reconhecendo que eles estão neste espaço para ampliar o seu conhecimento. Não ter um tratamento assistencialista. A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade que tem forte presença de estudantes negros, o que mostra as desigualdades na escolarização desse grupo.

➤ **Organização dos Processos Coletivos do Trabalho Escolar:**

Compreendo que todas as Disciplinas apresentadas nessa análise tenham a sua relevância, não tenho a pretensão de dizer que essa ou aquela disciplina é mais ou menos importante, porém ao reconhecer que toda transformação social que ocorreu no mundo, foi dentro ou fora dessa instituição, então, de uma Disciplina a qual as acadêmicas do Curso de Pedagogia - UFSC têm em mãos a oportunidade de desvelar como ao longo do tempo, alguns seres humanos são mais capacitados a estarem nesse lugar que outros, por classificação, tendo um dos parâmetros **as desigualdades diversas ao longo da busca e reconhecimento da sua identidade**. Foi no nesse processo social adquirindo vários dogmas além do pigmento da pele, é “você não tem capacidade e condições de esta nesse lugar, a Escola não é lugar para pobres e nem tão pouco para negros”.

Como é crucial ter esse momento de compreensão o que está sendo posto e como foi construída a instituição escolar e suas estruturas, tendo como base apenas um grupo com poder aquisitivo e que buscou através da Escola, se manter no poder através do seu filho (varão). Para estudar em escola fora do país, e ao retorna da Europa, trazia um modelo de estruturação escolar, que nada se parecia com o modelo de sociedade brasileira da época.

Então a Escola esse lugar de disputa, conhecimento, representação social lida com a **Democracia Racial¹, como?** Se desde o primórdio da sua existência ela foi e é

¹4. Para Azevedo (1996), a fama da “democracia racial” brasileira - o país da igualdade - vem desde 1816, por meio de uma idéia divulgada por Henry Koster (filho de britânicos nascido em Lisboa que viveu de 1809 a 1811 em solo brasileiro) em seu livro publicado em Londres (1816). Para Koster, os brasileiros eram mais “indulgentes” como os escravos que os europeus. No nosso século, essa função foi desempenhada por Gilberto Freire em Casa Grande e senzala, como afirma Cunha Jr.: “A construção feita

[...] excludente, voltada para hierarquia que buscar subordinar parcelas significativas da população brasileira, é pauta cidadã. [...].

Tudo isso, deve ser analisado minuciosamente dentro da Escola; levanto uma questão, a Universidade Federal de Santa Catarina, está formando Pedagogo (a)? Professor (a)? Ou Educador (a)?

Cavalleiro (2000, p.28-29) nos ajuda a desvelar essa complexidade Social através:

Essa ideologia, embora se tenha fundamentado nos primórdios da Colozinação⁴ e tenha servido para proporcionar a toda a sociedade brasileira o orgulho de ser vista no mundo inteiro como sociedade pacífica, persiste fortemente na atualidade, mantendo os conflitos étnicos fora do palco das discussões. Embora ainda exerça muita influência na sociedade, pouco contribui para melhorar concretamente a situação dos negros. Representa uma falácia que serve para encobrir as práticas racistas existentes no território nacional e isentar o grupo branco de uma reflexão sobre si mesmo.

➤ **Organização dos Processos educativos na Educação Infantil:**

Essa disciplina foi apresentada em 2013.1, abordou as questões Étnico-Raciais, disponibilizou as acadêmicas uma análise de campo, e visitação a uma unidade de Educação Infantil, localizada na região continental, de baixa renda, onde o índice de escolarização é baixo e de criminalidade é alto.

Essa iniciativa se concretizou, pois na ocasião a Professora Dra. Patrícia de Moraes Lima, está já desenvolvendo um trabalho de pesquisa, nessa comunidade Chico Mendes e também junto a Creche Chico Mendes.

A importância de desenvolver um estudo mais próximo da realidade social, da nossa própria cidade, tendo como referencial um olhar voltado para as questões étnico-raciais as estudantes, os estudantes, outra linha de pesquisa a qual, poderá além de atuar em sala de aulas, desde a Educação de Infantil, no Ensino Médio, e depois da graduação poderá estender seus estudos para essa linha de estudo e pesquisa, através do Mestrado, Doutorado.

sobre o artefato de Casa Grande e Senzala, em que as relações não seriam tensas, pois o "senhor" dormia com a escravizada. Advogada do escravizador, por isso enaltecida e de contestações abafadas. 'Eito', 'senzala' e 'casa grande', não são uma poética construção harmônica, são relações de extrema violência. A visão entre a casa grande e a senzala é da cozinha do escravizador, eurocêntrica iluminada pelo racismo. "(Cunha Jr.; Folha de S.Paulo,28/7/1995,p.1, Caderno3). Ainda sobre uma crítica do mito da "democracia racial", consultar: Maria Alice de Aguiar Medeiros. O elogio da dominação – relendo Casa Grande e Senzala. Rio de Janeiro, Rchiamé,1984. – Fernando Henrique Cardoso. " Os livros que inventaram o Brasil", in Novos Estudos – Cebrap, nº 37, Nov. 1993,PP.21-35.

Mas o que é preciso salientar é quando, se tem um espaço para uma análise e aprofundamento em relação a essa questão que envolver a Matriz Curricular da Educação Brasileira, nos dá uma base teórica, para quando estiver inserido no espaço da educação, tendo as minhas referências teóricas e metodológicas, saber desenvolver um plano de ensino e um plano de aula, tendo como foco também o/a estudante negro e pobre, porque a Escola Pública é a sua principal referência de educação.

➤ **NADE – Práticas educativas e relações étnico- raciais.**

No período que o NADE, oferecido eu em particular escolhi fazer as terças-feira o NADE de Contação de História com a professora Dra.Gilka Gerardello, em 2012.2.

Muitos dos contos apresentados eram Contos Africanos e de escritores afro-brasileiros (as).

Todos os trabalhos apresentados de alguma forma traziam em si, as questões que a Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro - Brasileira e Africana.

➤ **Língua Portuguesa e Ensino.**

Essa disciplina trouxe mais precisamente, a questão da lingüística, no que se refere à alfabetização, escrita, leitura.

Disciplinas potencialmente podem abordar as questões Étnico-Raciais.

➤ **Educação Patrimonial, Memória, Linguagens.**

Não estudei essa disciplina, mas ao analisa seu Programa de ensino, a mesma apresenta na sua ementa, a questão a qual do Patrimônio cultural indígena e afrodescendente. E a importância de se manter os patrimônios histórico, locais para compreender, como a sua própria sociedade da sua cidade foi formada.

➤ **Educação Popular.**

Essa disciplina traz como foco, de análise e conteúdo o professor pesquisado Pensamento de Paulo Freire, as transformações ocorridas na educação brasileira nas décadas de 60, 70,80 e 90 e a Educação popular e Cruz e Souza, popular nos 2000.

Tendo esses dois referenciais, é um campo muito amplo para se estudar as questões Étnico-Raciais e para ampliar o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

➤ **Organização Escolar e Currículo.**

Essa disciplina foi apresentada, pelo professor Dr. Juarez da Silva Thiesen, que na época era também coordenado do Curso de Pedagogia, a ementa descrever Concepções teóricas do campo curricular, foi isso, que estudamos as concepções de currículos, como o Estado de Santa Catarina é destaque em relação a planos Curriculares. Não abordando a questão questões Étnico-Raciais e para ampliar o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana que as diretrizes descrevem.

➤ **Literatura e Infância.**

Nessa disciplina, apresentada em 2012.2, pela professora Dra. Eliane Debus, a abordagem mais foi voltada para questões de literatura mundial, conteúdos, como explicações sobre o que são: Contos, fábulas, histórias infantis, Juvenis e adultos, quais são os tipos de livros impressões e o que cada um significa, em questões de custos e estética literária, o que são classificados como clássico o que significa quando um livro é chamado de obra literária e o que é conjunto de obras.

A questão Étnico- Raciais foi apresentada através de alguns livros como: *A galinha de Angola – Regina Vieira; Menina Bonita do Laço de Fita – Ana Maria Machado.*

➤ **História, Infância, Ensino.**

Essa disciplina 2014.1, com a professora Dra. Clarice Otto abordou a questão étnicos- raciais estudos campo, quando as duas turmas, juntamente com a disciplina de Geografia, para o centro da Cidade de Florianópolis, conhecer locais onde no passado tinham presença de escravos.

➤ **Organização dos Processos educativos na Educação Infantil.**

Nessa disciplina, foi abordado o aspecto geral de como é o desenvolvimento da criança, no âmbito da Educação Infantil e quais são os papéis das Creches públicas, Dos Jardins de Infância particulares,

A função do professor para melhor atender essa criança, tendo como responsabilidade o dever de promover o desenvolvimento, cognitivo, emocional desse sujeito de pouca idade, que precisa de um referencial para se humanizar. Através das relações sociais humanas.

➤ **Organização Escolar e Currículo.**

Tratou mais especificamente as concepções que compõem um currículo, tendo como base análise de leis, decretos, programas que compõem a estrutura do processo de criação de um currículo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de conclusão de curso teve como objetivo geral investigar como as questões étnico-raciais são tratadas no Currículo do Curso de Pedagogia da UFSC. Para que tal objetivo fosse atingido desencadeamos ações de cunho bibliográfico nas bases teóricas com abordagem na formação de professores permeados pela efetivação da Lei 10.639/2003 tornando obrigatória a implantação de disciplinas na grade curricular dos Cursos de formação no nível superior de professores (as), específicas nas relações étnico-raciais.

Desse modo, identificamos, que tais conquistas de cunho histórico como a implantação das disciplinas que tratam de questões étnico-raciais no Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia da UFSC; nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico-Raciais e para Ensino de História e Cultura Afro-

Brasileira e Africana e na forma jurídica com alteração na Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 tornando obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira Africana nas modalidades de ensino, particularmente na formação de professores, não garante de modo objetivo a criação de condições concretas para que o sujeito negro obtenha êxito no seu processo de escolarização nos espaços da universidade.

Para as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das relações Étnico – Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana a escola deve contribuir com as crianças e jovens negros e não negros, discutindo e problematizando questões complexas, como: identidade; identidade negra; raça; etnia; racismo; etnocentrismo; preconceito racial; discriminação racial e democracia racial e desigualdades raciais. Além disso, exercitar outras aprendizagens sobre as culturas afro-brasileiras e africanas e a presença destas na vida cotidiana brasileira. São essas as atribuições impostas todos os dias, a esse público, que busca educação, que alcança o ensino superior, como a mulher é representada, as crianças como são tratadas na Educação Infantil nos anos iniciais e finais da Educação Básica.

Para quem se inicia no mundo das letras e dos conhecimentos científicos, o posicionamento do/a professor/a vai para além de ensinar conceitos científicos, sensíveis e capazes de direcionar positivamente as relações entre pessoas de diferentes pertencimentos étnico-racial, fazer presente na vida escola dos alunos, buscarem uma relação respeitosa no sentido da problematização e construção de novas posturas e atitudes frente às diferenças.

Assim, há muito ainda por se fazer no que diz respeito à efetivação dessas políticas de promoção para a igualdade racial como práticas pedagógicas político sociais no chão dos cursos de formação de professores (as).

A escola pública e a universidade pública são instituições que têm responsabilidades frente às transformações sociais, principalmente no que diz respeito às discriminações e preconceitos. Pois, contribuem com a formação de estudantes e profissionais da área da educação e de outros campos da sociedade.

Ao término dessas análises sobre as disciplinas que compõem o currículo do Curso de Pedagogia da UFSC em vigente constatei que na reestruturação curricular realizada em 2009, das cinquenta disciplinas oferecidas ao longo do curso, dezesseis (16) apresentam em seus Programas de Ensino e ressaltam nas ementas, assuntos, temas ou conteúdos referentes a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Dessa maneira fica compreensível,

entender, as dificuldades que professores da educação básica apresentam para tratar do tema

De acordo com Passos; (2014, p.184)

A criação e/ou sanção dos dispositivos jurídico-normativos para o currículo escolar tensiona a lógica de funcionamento do Estado brasileiro, instigando a construção de uma nova agenda e forçando atitudes políticas e debates públicos sobre as desigualdades na educação brasileira, na medida em que as políticas educacionais universalistas não conseguem atingir a todas indistintamente. Do mesmo modo, as universidades são instadas a incluir na formação docente conteúdos que possibilitem aos professores abordar as questões referentes ao ensino da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando sua contribuição nas áreas social, econômica e política.

Portanto, é preciso que a luta seja constante, tendo como instrumentos teóricos e políticos de intervenção na realidade social esses documentos, que devem ser utilizados como armas teóricas em detrimento da efetivação de modo concreto de igualdade quanto às oportunidades entre os sujeitos.

Um aspecto importante nesse momento tem que ressaltar, pois está mexendo muito comigo, reviver a minha experiência como acadêmica dessa universidade, ao realizar as análises em relação às Disciplinas do Curso. Vejo uma triste constatação: como os acontecimentos são colocados para você, ao longo da sua vida, e reconhecer que precisamos de muito mais espaço para que outros sujeitos possam também dispor de tempo e condições, sociais, política, econômica, para estar dentro de uma Universidade.

Destacamos a criação de condições concretas e subjetivas de permanência no curso, acompanhamento no âmbito psicológico e pedagógico, ampliação da bolsa permanência e principalmente aos critérios estabelecidos para o acesso a mesma, assim como outros subsídios como a isenção no acesso ao Restaurante universitário-RU.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, (Coleção Educação para todos). **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade**. Brasília: 2005. 236 p.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: SECAD, 2013. 104p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília:SECAD, 2006. 262 p.

CARVALHO, Elaine dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio da escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2000. Eliane Cavaleiro (organizadora). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Negro, 2001.

JERÔNIMO, Fernanda Bernardino. **Análise sobre a produção do TCCs do Curso de Pedagogia da UFSC: Desafios, permanências e tensões (2013-2015)**. Florianópolis – SC. 2015.

CARVALHO, Marília Pinto de (org.). **Diferenças e desigualdades na escola**. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

MORAES, Marta Corrêa de. **Poéticas de vidas e mortes: metáforas e cartografias bordadas no contorno de um CURRÍCULO em curso**. 2014. 202 f. Tese. (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC, 2014. 202 p.

PASSOS, Joana Célia dos. As Relações étnico-raciais nas licenciaturas: o que dizem os currículos anunciados. **POIÉISIS: Revista do programa de Pós-Graduação em Educação/ Universidade do Sul de Santa Catarina**. Tubarão, v.8, n.13, p. 172-188, jan./jun. 2014.

Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. ISSN 2316-90 X. n.62, 2015, set/dez.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Editora Autêntica. 1999. 156p.

VAZ, Alexandre F.; MONN, Caroline Machado. **Educação infantil e sociedade: questões contemporâneas**. Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2012.